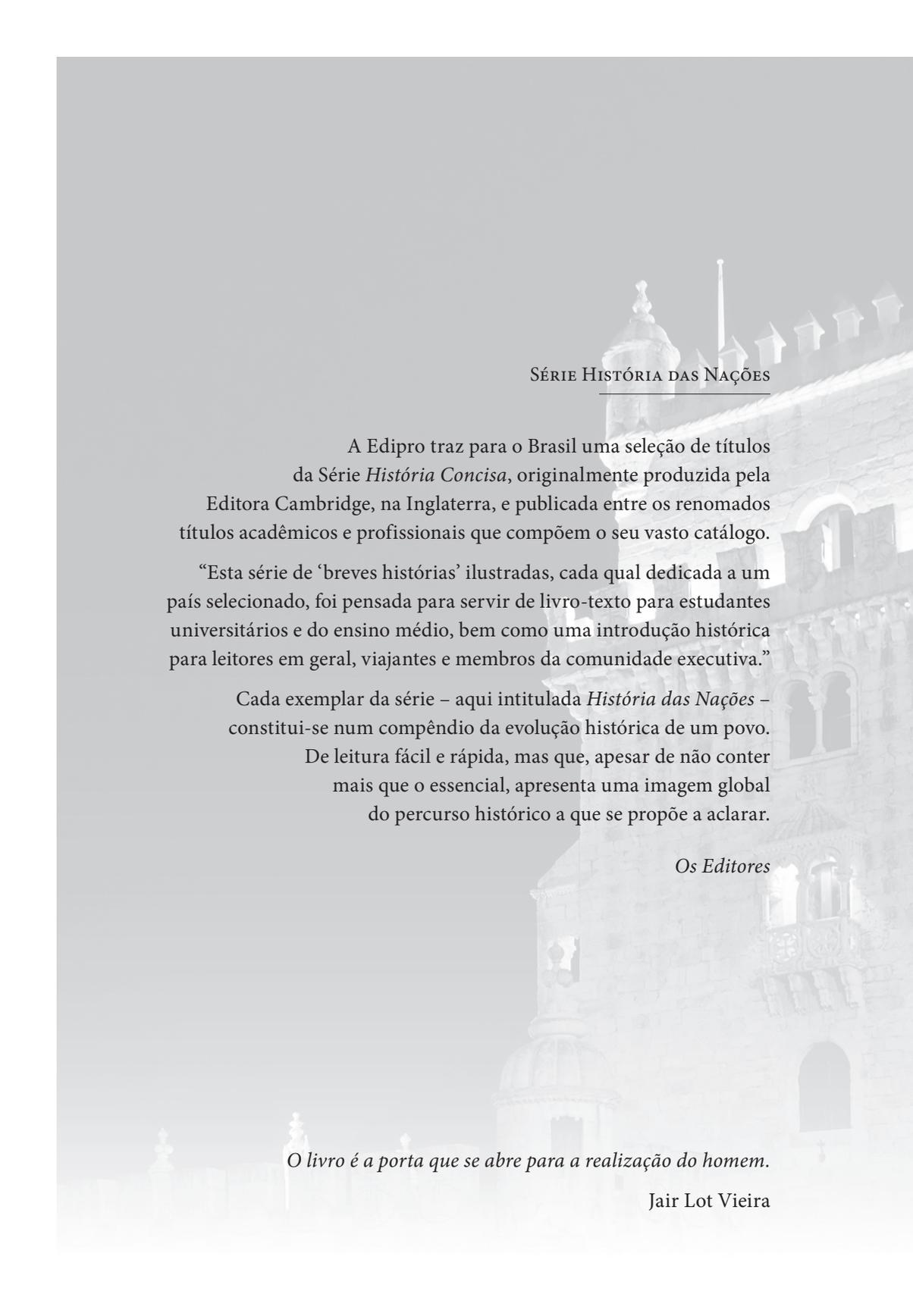


SÉRIE HISTÓRIA DAS NAÇÕES

---

# HISTÓRIA CONCISA DE PORTUGAL



SÉRIE HISTÓRIA DAS NAÇÕES

A Edipro traz para o Brasil uma seleção de títulos da Série *História Concisa*, originalmente produzida pela Editora Cambridge, na Inglaterra, e publicada entre os renomados títulos acadêmicos e profissionais que compõem o seu vasto catálogo.

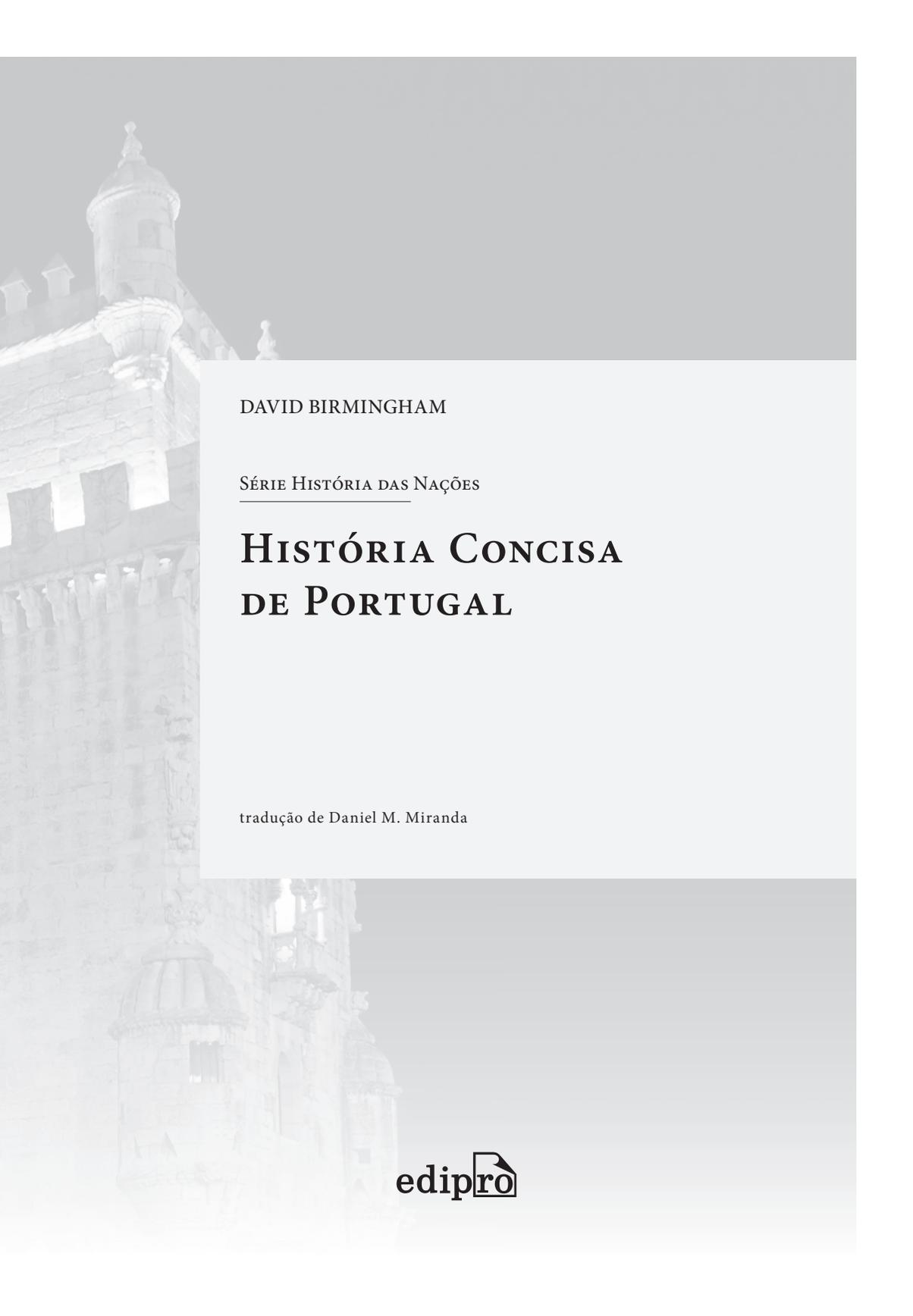
“Esta série de ‘breves histórias’ ilustradas, cada qual dedicada a um país selecionado, foi pensada para servir de livro-texto para estudantes universitários e do ensino médio, bem como uma introdução histórica para leitores em geral, viajantes e membros da comunidade executiva.”

Cada exemplar da série – aqui intitulada *História das Nações* – constitui-se num compêndio da evolução histórica de um povo. De leitura fácil e rápida, mas que, apesar de não conter mais que o essencial, apresenta uma imagem global do percurso histórico a que se propõe a aclarar.

*Os Editores*

*O livro é a porta que se abre para a realização do homem.*

Jair Lot Vieira



DAVID BIRMINGHAM

SÉRIE HISTÓRIA DAS NAÇÕES

# HISTÓRIA CONCISA DE PORTUGAL

tradução de Daniel M. Miranda

edipro

# HISTÓRIA CONCISA DE PORTUGAL

DAVID BIRMINGHAM

TRADUÇÃO: DANIEL M. MIRANDA

1ª Edição 2015

Syndicate of the Press of the University of Cambridge, England

A Concise History of Portugal – Second Edition

© Cambridge University Press, 1993, 2003

This publication is in copyright. Subject to statutory exception and to the provisions of relevant collective licensing agreements, no reproduction of any part may take place without the written permission of Cambridge University Press.

© desta tradução: *Edipro Edições Profissionais Ltda.* – CNPJ nº 47.640.982/0001-40

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações, sem permissão por escrito do Editor.

**Editores:** Jair Lot Vieira e Maíra Lot Vieira Micales

**Coordenação editorial:** Fernanda Godoy Tarcinalli

**Editores:** Alexandre Rudyard Benevides

**Revisão:** Tatiana Yumi Tanaka

**Diagramação e Arte:** Karine Moreto Massoca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Birmingham, David

História concisa de Portugal / David Birmingham ; tradução de Daniel M. Miranda. – São Paulo : EDIPRO, 2015. – (Série história das nações)

Título original: A concise history of Portugal.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7283-885-6

1. Portugal - História I. Título. II. Série.

14-09793

CDD-946.904

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Portugal : História 946.904



**edipro**

edições profissionais Ltda.

São Paulo: Fone (11) 3107-4788 – Fax (11) 3107-0061

Bauru: Fone (14) 3234-4121 – Fax (14) 3234-4122

www.edipro.com.br

*Para Alberto Romão Dias e Jill R. Dias*



## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <i>Lista de imagens e mapas</i>                                      | 9          |
| <i>Introdução</i>  | 15         |
| <b>Capítulo 1 • Povos, culturas e colônias</b>                       | <b>27</b>  |
| <b>Capítulo 2 • Rebelião e independência no século XVII</b>          | <b>51</b>  |
| <b>Capítulo 3 • A idade de ouro e o terremoto no século XVIII</b>    | <b>83</b>  |
| <b>Capítulo 4 • Independência do Brasil e a Revolução Portuguesa</b> | <b>117</b> |
| <b>Capítulo 5 • A Monarquia burguesa e os republicanos</b>           | <b>149</b> |
| <b>Capítulo 6 • A ditadura e o Império Africano</b>                  | <b>181</b> |
| <b>Capítulo 7 • Democracia e a Comunidade Europeia</b>               | <b>205</b> |
| <i>As casas de Avis, Beja e Habsburgo</i>                            | 225        |
| <i>As casas de Bragança e Bragança-Saxe-Coburgo</i>                  | 227        |
| <i>Presidentes da República</i>                                      | 229        |
| <i>Materiais selecionados</i>  | 231        |
| <i>Seleção de trabalhos publicados a partir de 1990</i>              | 235        |
| <i>Outros livros em inglês</i>                                       | 241        |
| <i>Índice remissivo</i>  | 245        |



## LISTA DE IMAGENS E MAPAS

### IMAGENS

1. Arquitetura romana que, além das vilas pavimentadas com mosaicos e templos de mármore, também foi responsável por importantes projetos de engenharia civil para abastecer as cidades com água (*Biblioteca de Imagens Mary Evans*). 29
2. Barco de pesca português, uma cena típica desde os tempos dos cartagineses até hoje (*Fotografia de Jean Dieuzaide, Toulouse*). 31
3. Planície do sul de Portugal em Évora, que foi colonizada pelos romanos, pelos muçulmanos e pelos cristãos (*Fotografia de Jean Dieuzaide, Toulouse*). 37
4. Mosteiro da Batalha, iniciado após a Batalha de Aljubarrota em 1385 (*Publicações Alfa, Lisboa*). 39
5. Retrato póstumo do príncipe Fernando e seu irmão Henrique por Nuno Gonçalves (*Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa*). 42
6. Quadro do século XV com escravos negros da África (*Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa*). 44
7. A Torre de Belém, na foz do Rio Lisboa, que foi construída no estilo “manuelino” ornamentado (*Biblioteca de Imagens Mary Evans*). 46
8. A grande janela do Palácio de Tomar, um dos exemplos mais elaborados de pedra trabalhada no estilo manuelino (*Publicações Alfa, Lisboa*). 48
9. Desenho que retrata a navegação portuguesa do século XVI que, muitas vezes, envolvia conflitos armados com inimigos no mar e em terra (*Biblioteca BBC Hulton*). 49

10. Sebastião tornou-se herói do patriotismo português após a restauração da independência em 1640 (*Biblioteca de Imagens Mary Evans*). 53
11. Universidade medieval de Coimbra (*Fotografia de Jean Dieuzaide, Toulouse*). 57
12. Gravura da orla marítima de Lisboa em 1620 [de Viagem da Catholica real majestade rey D. Filipe III al Reino de Portugal (Madri, 1622)]. 68
13. Mural com a figura da morte (*Courtauld Institute of Art, Londres*). 69
14. A “sala de sobremesa” da grande Feitoria inglesa (*Factory House*) dos comerciantes do Porto (*Foto reproduzida com permissão da Associação Britânica [Feitoria Inglesa], Porto*). 73
15. Conde da Ericeira, um dos vários excelentes economistas políticos da modernidade que tentou reformar a capacidade produtiva de Portugal. 79
16. *Sir Paul Methuen*, em pintura de Joseph Highmore, e seu pai John Methuen negociaram os famosos tratados comerciais que vincularam as economias de Portugal e da Grã-Bretanha (*Courtauld Institute of Art, Londres*). 80
17. Gravura contemporânea de uma grande multidão reunida para testemunhar a queima das vítimas da Inquisição (*Câmara Municipal, Lisboa; fotografia de António Rafael*). 85
18. Mural de 1730 – casas de Lisboa e terraços de jardins ao fundo do bairro de Alfama da cidade emergem abruptamente das marinhas (*Museu do Azulejo, Lisboa*). 87
19. Palácio-Convento de Mafra, construído como uma imitação parcial do Escorial da Espanha (*Biblioteca de Imagens Mary Evans*). 88
20. Desenho contemporâneo da cena de devastação após o terremoto de Lisboa (*Câmara Municipal, Lisboa; fotografia de António Rafael*). 94
21. Vista de Lisboa, apresentando as arcadas do palácio real à beira do rio, reconstruído após o terremoto de 1755 (*Fotografia de Jean Dieuzaide, Toulouse*). 97
22. Marquês de Pombal, desenhado por Joaquim Carneiro da Silva (*Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa*). 100
23. Moinhos de vento portugueses (*de uma fotografia de cartão-postal do Centro de Caridade “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, Porto*). 113
24. A Batalha do Buçaco, 1810 (*Desenho de 1817 para o livro Historic military and naval anecdotes, de Edward Orme*). 120

25. Forno comunal na Planície do Alentejo, ao sul do Rio Tejo (*Fotografia de Jean Dieuzaide, Toulouse*). 131
26. Marechal Saldanha, uma das principais figuras militares da Revolução Portuguesa de 1820-1851 (*Biblioteca de Imagens Mary Evans*). 133
27. Representação do levante camponês de 1846, conduzido, em parte, por mulheres (*Desenho de Alberto Lopes*). 144
28. A classe média “vitoriana” de Lisboa vestida à moda francesa e passeando em avenidas de estilo francês (*Biblioteca de Imagens Mary Evans*). 147
29. Medalha cunhada para a Exposição Agrícola de Lisboa de 1884 (*Câmara Municipal, Lisboa; fotografia de António Rafael*). 151
30. Burro para levar água às aldeias (*Foto de José Cutileiro*). 153
31. Produção de cortiça. Metade do abastecimento mundial ainda vem de Portugal (*Publicações Alfa, Lisboa*). 156
32. Obelisco erigido em 1886 para comemorar a restauração da independência em 1640 (*Fotografia de Jean Dieuzaide, Toulouse*). 159
33. Mulheres e crianças em um navio, emigrando para o Brasil (*Direção-Geral da Divulgação, Lisboa*). 160
34. Porto de águas profundas na Baía do Lobito, Angola, retratado em um anúncio contemporâneo. 164
35. Desenho satírico mostrando um homem idoso acompanhado por “filhas” coloniais da China, da Indonésia, de Moçambique e de Angola e os olhares invejosos dos pretendentes britânicos e alemães, ansiosos em partilhar as possessões ultramarinas de Portugal (*Cartoon de Gabriel Bordallo Pinheiro*). 165
36. Carlos I, proclamado rei na prefeitura de Lisboa em 1889 (*Biblioteca de Imagens de Mary Evans*). 168
37. O tricentenário da morte do poeta Camões, que foi adotado pelos republicanos como seu herói patriótico (*Desenho de Casanova para a revista O Occidente*). 169
38. Republicanos armados bloqueando as ruas durante a revolução de 1910 (*Fotografia de O Occidente, de outubro de 1910*). 173
39. Barbearia da Lisboa republicana (*Fotografia do interior típico e inalterado por Michel Waldmann*). 177
40. Salazar, primeiro-ministro de Portugal de 1932 a 1968 (*Fotografia da imprensa de 1955*). 183
41. Estereótipos de gênero e classe no governo de Salazar (*Biblioteca Nacional, Lisboa*). 188

|  |     |
|--|-----|
| 42. Conscritos portugueses e recrutas do Exército africano durante a guerra colonial de 1961-1974.         | 196 |
| 43. Favelas de Paris, onde muitos portugueses viveram na década de 1960 ( <i>Arquivo Salvat, Lisboa</i> ). | 197 |
| 44. Tropas tomando as ruas de Lisboa em 1974 ( <i>Publicações Alfa, Lisboa</i> ).                          | 206 |
| 45. Mário Soares, presidente da República entre 1986 a 1996 ( <i>Publicações Alfa, Lisboa</i> ).           | 211 |
| 46. Trabalhadores agrícolas na eleição do António Eanes, 1976 ( <i>Publicações Alfa, Lisboa</i> ).         | 212 |

## MAPAS

|  |    |
|--|----|
| 1. Portugal.                                 | 13 |
| 2. Portugal e seus territórios ultramarinos. | 25 |



MAPA 1. Portugal.



## INTRODUÇÃO

Portugal é um dos mais bem-sucedidos sobreviventes da história. Trata-se apenas de um pequeno país cuja população aumentou lentamente de 1 milhão para 9 milhões em oitocentos anos. Nesse tempo, adquiriu autonomia política e cultural dentro da Europa. Portugal também deixou sua marca em todos os cantos do globo por meio da colonização, da emigração e do comércio. Diferentemente da mais próspera Catalunha, esse país conseguiu escapar do cativo espanhol no século XVII. Ao contrário da igualmente dinâmica Escócia, não foi absorvido politicamente pelos ingleses, seu patrono econômico, no século XVIII. Em oposição aos reinos de médio porte, como Nápoles ou Baviera, não foi canibalizado pela unificação dos grandes impérios da Europa no século XIX. Ao contrário da Alemanha e da Itália, não perdeu suas colônias africanas na Primeira ou na Segunda Guerra Mundial. E, diferentemente de outros países agrícolas, como a Irlanda ou a Dinamarca, permaneceu fora da Comunidade Econômica Europeia (CEE) até a década de 1980.

Mas Portugal foi mais do que apenas um sobrevivente tenaz da história moderna. Foi também pioneiro em muitos acontecimentos históricos do mundo europeu. Os cristãos portugueses da Idade Média, com uma pequena ajuda de mercenários ingleses, lutaram violentamente contra os muçulmanos portugueses que, no século XIII, dominavam a borda ocidental da Europa. Os portugueses criaram o primeiro Estado-Nação “moderno” na Europa, cujas fronteiras não mudaram desde a queda do antigo “Reino Muçulmano do Ocidente” no Algarve. Um século mais tarde, foram pioneiros do conceito de colonização ultramarina nas ilhas do Atlântico. Por volta do século XVI, encontraram a rota marítima para a Ásia. O impé-

rio português da pimenta pode ter sido curto, mas abriu caminho para os grandes impérios comerciais da Holanda e da Grã-Bretanha, as quais seguiram seus passos. Na América, a conquista do Brasil ultrapassou em tamanho as treze colônias britânicas que viriam a ser os Estados Unidos da América. Além disso, o fluxo de ouro português que vinha do planalto brasileiro foi um ingrediente importante de fomento para a Revolução Industrial europeia, que teve início na Grã-Bretanha do século XVIII.

Portugal não foi líder apenas em seus empreendimentos no exterior. Foi também pioneiro na busca por novas formas de organização social na Europa. O liberalismo português procurou libertar o país do excessivo clericalismo e pavimentar o caminho para a democracia e o humanitarismo. Portugal foi uma das primeiras nações do Velho Mundo a adotar a forma republicana de governo no estilo francês. Ao mesmo tempo, precisou lutar para dominar o seu ambiente pouco generoso. No século XVII, o erário público precisava ser constantemente aumentado para dar conta das exigências das guerras navais, as quais visavam a proteger a independência portuguesa e recuperar as colônias do Atlântico. No século XVIII foram empreendidos projetos monumentais de obras públicas e construídos palácios reais de prestígio que iam muito além das expectativas arquitetônicas de um pequeno país agrário. No século XIX, os lucros da última fase do comércio de escravos africanos e as remessas de milhões de migrantes para o Novo Mundo permitiram que Portugal sustentasse uma classe média culta e de elegante estilo vitoriano. O historiador questiona-se sobre como uma nação tão pequena conseguiu tanto ao longo dos muitos séculos.

Um refrão constante da história moderna de Portugal é a busca pela modernização econômica. Desde os primeiros dias da independência portuguesa, quando, em 1640, eclodiu a rebelião contra o cativo espanhol, Portugal estava economicamente ligado ao seu protetor naval, a Inglaterra. Não é estranho, portanto, o fato de que ele aspirava imitar a Inglaterra no crescimento e na diversificação de suas atividades econômicas. Portugal, em particular, procurou escapar da armadilha do “subdesenvolvimento”, a qual constantemente levou-o a fornecer matérias-primas e adquirir produtos manufaturados. A tentativa de iniciar uma revolução industrial foi realizada quatro vezes, em quatro séculos distintos, com diferentes graus de sucesso. No século XVII, quando terminaram as guerras de independência, os proprietários de terras e os burgueses iniciaram uma luta feroz para desenvolverem a indústria têxtil de lã. Os interesses dos proprietários de

terras e dos burgueses foram, no entanto, desviados para as recém-des-cobertas oportunidades do Brasil. Apenas depois de o ouro brasileiro ter secado, no final do século XVIII, a industrialização novamente tornou-se uma prioridade para o governo português. Mas a manufatura não conseguiu competir com o comércio de vinhos de qualidade como fonte de moeda estrangeira, e, após o declínio da mineração brasileira, as videiras quase passaram a ser a monocultura de Portugal. A terceira tentativa de revolução e criação de indústrias de substituição de importações ocorreu no final do século XIX, quando o comércio do vinho afundou, e a concorrência estrangeira suplantou o comércio de Portugal. O surgimento da indústria mecanizada foi suficientemente grande a ponto de criar um proletariado urbano, o qual passou a fazer parte de um novo papel nos assuntos do país e ajudou a proclamar a República em 1910. Mas a recessão mundial de 1930 e uma ditadura muito retrógrada, que idealizava a pobreza camponesa e protegia uma oligarquia altamente privilegiada, trouxeram uma geração de estagnação. O quarto salto industrial só viria a ocorrer na década de 1960. Nesse momento, Portugal conseguiu obter alguma vantagem da divisão mundial do trabalho, pois as empresas multinacionais procuravam mercados de trabalho mais disciplinados e mal remunerados para onde pudessem transferir suas fábricas de alto custo e fortemente sindicalizadas das áreas tradicionais de produção industrial. No mesmo período, os empresários industriais nacionais começaram a fazer o uso tardio das colônias africanas de Portugal e de seu acesso próximo à Europa Continental para construir indústrias têxteis, de plásticos, de construção naval e leves. Em 1986, quando Portugal finalmente entrou na Comunidade Europeia, o processo de modernização estava no meio de sua quarta tentativa.

A cronologia adequada para dividir a história moderna de Portugal apresenta uma variedade de opções. O século XVII foi essencialmente a época do nacionalismo. A liberação da Espanha começou em 1640 e foi finalmente reconhecida em 1668, após uma geração de belicismos inconstantes na periferia das grandes guerras de identidade nacional do início da Europa moderna. Mas o nacionalismo requeria o reconhecimento e a proteção dos aliados simpáticos, algo que exigia pagamentos. Um dos recursos com o qual Portugal poderia contar era a princesa real, Catarina de Bragança, que foi enviada para a Inglaterra com um enorme dote, uma vez que não foi possível encontrar um pretendente francês mais prestigiado. No entanto, a aliança dinástica não era suficiente para assegurar a sobrevivência nacional e o apoio constante do poder naval inglês. Em 1703, a

aliança luso-britânica – que tem raízes nas trocas de vinho por tecidos de lã que ocorreram no século XIV – foi reforçada pelo famoso, ou alguns diriam infame, tratado assinado por John Methuen. Em alguns aspectos, o Tratado de Methuen fez que Portugal se tornasse um cliente “neocolonial” da Grã-Bretanha, mas o tratado não foi tão completamente desigual como pode parecer, e tornou-se um fator permanente de garantia, ainda que a um certo preço, do nacionalismo conquistado por Portugal no século XVII.

A história do século XVIII é dominada pelo terremoto de Lisboa em 1755, provavelmente o único episódio da história portuguesa que continua gravado na memória popular da cultura europeia. Ainda assim, o século XVIII foi de espetacular ostentação, pois a Igreja, a Coroa e a nobreza competiam entre si na construção de capelas e palácios dourados com o ouro do Brasil. A opinião da época imaginava que os Braganças eram a família mais rica do mundo. Uma das capelas laterais da Igreja de São Roque foi construída em Roma com um tipo precioso de mármore para que fosse abençoada pelo papa antes de ser desmontada e remontada, pedaço por pedaço, em Lisboa. O grande Palácio-Convento de Mafra foi construído em estilo espanhol monumental, e o aqueduto de Lisboa levava água para a cidade em colunas romanas de pedra com quase 200 metros de altura. Mas a riqueza desvaneceu-se após o terremoto, e Portugal confiou seu destino a um dos grandes déspotas iluminados do século XVIII, o marquês de Pombal. Depois de passar por um longo aprendizado diplomático em Londres e Viena, ele lutou para modernizar o país, libertando os judeus das perseguições da Igreja, abolindo a escravatura fora das colônias, cerceando o poder da nobreza, incentivando a ascensão da burguesia, aumentando os lucros do comércio de vinho com os britânicos e reformando os métodos de administração e finanças do Estado.

O século XVIII chegou ao fim em duas fases. Na primeira, os exércitos de Napoleão invadiram Portugal, e a família real, com seus milhares de servos, fugiu para seus domínios transatlânticos mais ricos no Rio de Janeiro – conforme já havia pensado em fazer durante as crises anteriores. Os exércitos de Wellington prontamente realizaram a contrainvasão e atrasaram o acesso dos portugueses às novas ideias revolucionárias do século XIX por dez anos. Desse modo, a Revolução Portuguesa não eclodiu antes de 1820. Não foi menos vigorosa por esse motivo e, da mesma forma que a Revolução Francesa, passou por fases de radicalismo constitucional, repressão reacionária, guerra civil, insurreição popular e terror urbano. Em 1851,

quando a revolução acabou, Portugal havia sofrido transformações significativas. A velha burguesia do século XVIII transformou-se na nova nobreza. Seus líderes dissolveram os mosteiros, distribuíram as terras da Igreja, venderam as terras da Coroa, inventaram uma série de novos títulos aristocráticos e criaram um sistema parlamentar baseado na propriedade que restringia fortemente os “comuns”, além de uma segunda casa parlamentar de estilo britânico para os senhores. Os novos barões inauguraram meio século de estabilidade política cada vez mais engessada após trinta anos agitados de evolução.

A era vitoriana em Portugal foi reinada pela onipresente casa de Saxe-Coburgo. O rei-consorte, Fernando, e seus filhos foram patronos das artes. O jardim botânico de Lisboa foi reverenciado por Baedeker como o melhor da Europa. A alta sociedade ia à casa de ópera de Maria II para ver e ser vista. Lisboa foi ligada a Paris em uma febre de investimentos especulativos da era das ferrovias. A cidade construiu uma rede de funiculares [bondes para planos inclinados], bondes elétricos e elevadores públicos com a ajuda da engenharia do famoso Eiffel. O papel do governo foi ampliado por meio de vigorosos programas de obras públicas. Os únicos problemas ocorreram nos momentos em que o preço do vinho afundou, como em 1870 e em 1890. Portugal tentou combater essas perdas por meio do regresso ao passado imperial. Os esforços para construir um terceiro Império, dessa vez não na Ásia ou na América, mas na África, foram temporariamente frustrados pelas limitações cautelosas dos investidores especulativos de Portugal e pelas ambições dos imperialistas britânicos rivais na África Central. Isso não ocorreu, no entanto, antes de o apetite do nacionalismo popular português por empreendimentos coloniais ter sido aguçado. As conquistas coloniais criaram heróis folclóricos, enquanto os fracassos ajudaram a acabar com a longa era vitoriana de estabilidade.

A idade do liberalismo vitoriano chegou ao fim em três fases. Na primeira fase, em 1890, Portugal entrou em confronto com a Grã-Bretanha na África e teve de desistir de suas reivindicações pela zona central do Zambéze a favor de Cecil Rhodes. A perda nacional de prestígio descreditou o governo e fez que a dinastia real também perdesse sua reputação. Vinte anos depois, os republicanos portugueses, tanto democratas como anarquistas, derrubaram a Monarquia e, em 1910, declararam a República liberal. A República, assim como a Monarquia burguesa, não foi capaz de obter a riqueza das colônias, ou de manter uma política externa independente da

Grã-Bretanha, ou de satisfazer as exigências legítimas do nascente proletariado e da classe média baixa. Ela também foi derrubada, mas dessa vez pelos rebeldes da direita católica dos quadros superiores do Exército. O golpe de 1926 inaugurou a quarta e última etapa da história moderna portuguesa. Após o mercantilismo nacional do século XVII, o imperialismo absolutista do século XVIII e a Monarquia liberal do século XIX, o século XX veio a ser a época do conservadorismo autoritário.

Em um primeiro momento, os rebeldes de 1926 não obtiveram sucesso total em progredir com os seus interesses partidários. Dois anos depois, eles entregaram tudo para um leal católico leigo chamado Salazar; ele, em seu chapéu *homburg*, era palestrante de Economia na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e garantiu financiar o bem-estar e o prestígio social das Forças Armadas em troca de liberdade ditatorial para governar o país. Essa aliança profana, forjada nos primeiros anos do fascismo europeu, trouxe a Portugal um período de forte recessão econômica, governo de políticas autoritárias e estratificação social polarizada. A liberalização econômica começou a ocorrer somente na década de 1960, após quarenta anos de um amargo remédio monetarista. Ainda seriam necessários mais dez anos para que a democracia fosse restaurada após uma breve agitação revolucionária em 1974-1975; somente então Portugal foi aceito nas instituições da Comunidade Europeia.

Na tentativa de obter uma visão geral a respeito da importância da história de Portugal, é difícil decidir se sua característica mais distintiva é o tradicionalismo isolado do interior ou a integração estreita da cidade de Lisboa com os progressos do mundo. Portugal já esteve no vértice superior do triângulo que ligava a África, a Europa e a América Latina, mas a sua autonomia foi conquistada por uma série de rompimentos dramáticos com seus principais correspondentes. O país rompeu com a Espanha, em 1640; com o Brasil, em 1822; com a Grã-Bretanha, em 1890; e com a África, em 1974. O isolamento da maior parte de Portugal era impressionante, a ponto de manter-se afastado da Revolução Francesa por toda uma geração. Portugal também permaneceu à margem da Revolução Industrial, apesar das aspirações de sua elite liberal. De forma mais contundente, Portugal permaneceu distante das transformações da Segunda Guerra Mundial: os valores sociais do conservadorismo quase eduardiano continuaram a prevalecer até a década de 1960. Apesar do isolamento político e social do país, Lisboa e Porto tentaram acompanhar os acontecimentos da Europa e as ideologias das mudanças políticas espanholas, que, em geral, chegavam rapidamente

na capital portuguesa. No extremo oposto da Europa, Portugal demonstrava analogias esclarecedoras com a Escócia, um país de pescadores, pastores e agricultores, que passou a ser dominada pela influência econômica da Inglaterra e também pela Irlanda, uma terra de camponeses católicos predominantemente pobres. Ambas as nações celtas imitaram Portugal e enviaram grandes comunidades de migrantes para as Américas, onde os três deixaram marcas culturais profundas nas sociedades do Novo Mundo.

A individualidade cultural de Portugal tem atraído a atenção de alguns excelentes observadores e estudiosos, nacionais e estrangeiros. As observações dos visitantes britânicos em Portugal ao longo dos séculos foram coletadas por Rose Macaulay em um livro fascinante, opinativo e irônico. O historiador do Império *par excellence* foi Charles Boxer, cujos livros deram a Portugal a atenção do mundo. Seu contemporâneo no campo da história econômica foi Magalhães Godinho, que começou o trabalho de pesquisa de suas grandes obras quando estava em seu exílio francês. Outro exilado distinto, Oliveira Marques, retornou dos Estados Unidos para iniciar uma nova veia de estudos biográficos antes de embarcar na edição empresarial em grande escala de livros que iam desde a colonização atlântica do século XV até o império republicano na África do século XX. Após a revolução de 1974, os historiadores portugueses foram capazes de recuperar o atraso em relação às novas modas intelectuais, especialmente a história social e industrial. As tradições acadêmicas britânicas influenciaram os trabalhos de José Cutileiro, Vasco Pulido Valente, Jill Dias e Jaime Reis. O papel do Império foi sobriamente reavaliado por Joseph Miller nos Estados Unidos e por Gervase Clarence-Smith na Grã-Bretanha. Enquanto isso, em Portugal, a sede de conhecimento estava parcialmente satisfeita por uma história em série, em seis volumes e ricamente ilustrada, editada por José Hermano Saraiva.

Desde o aparecimento da primeira edição deste livro, muitos outros novos trabalhos foram publicados em inglês, português e francês, e este livro em si está hoje disponível em português [edição de Portugal] e espanhol. Em “Seleção de trabalhos publicados a partir de 1990” [ver p. 235], há um rol de livros novos, juntamente a alguns comentários sobre cada um. Mais audaciosamente, algumas novas páginas foram dedicadas a Portugal desde 1990 (1ª edição), apesar de todos os avisos de que o historiador não deve forçar com demasia o nariz contra a vidraça.

Entre os novos trabalhos, existem diversas compilações gigantescas em vários volumes, para as quais dezenas dos melhores historiadores da Portu-

gal pós-revolucionária têm colaborado para produzir não somente novos estudos a respeito de Portugal e seu império, mas também interpretações re- visadas sobre o passado que são estimulantes e radicais. Uma das inovações da primeira edição desta história concisa foi a tentativa de lançar uma luz positiva sobre as realizações sociais de Portugal durante a era do liberalismo do século XIX e durante a Primeira República do início do século XX. Desde então, esse lampejo de percepção renovada veio à tona no quinto volume da *História de Portugal* de José Mattoso, que analisa a longa era de menosprezo acadêmico pela qual passou a história moderna de Portugal durante a ditadura de 1926 a 1974, um menosprezo que, surpreendentemente, infectou muitos textos estrangeiros a respeito do país.

A nova historiografia faz mais do que simplesmente desafiar estereótipos negativos de Portugal. Ela também lança nova luz sobre os mitos que há muito tempo sustentavam e, em alguns casos, ainda sustentam a auto- imagem de patriotas e políticos de Portugal. Ao longo da ditadura de Salazar, o príncipe Henrique, que havia anteriormente adquirido o estatuto de herói na Inglaterra vitoriana como “o Navegador”, foi retratado como a personificação da grandeza portuguesa, e o empobrecido governo pós-guerra de Salazar gastou uma pequena fortuna para, em homenagem a ele, erigir um enorme monumento de pedra na entrada para o porto de Lisboa. Os revisionistas que tentaram explorar as realidades foram acusados de “regicidas”, mas as interpretações alternativas da era das explorações e dos abusos vieram gradualmente à luz e culminaram na bela biografia do príncipe, escrita por Peter Russell.

Em 2002, quando Portugal completou sua entrada na União Europeia, por meio da adoção da moeda europeia, seus políticos ainda precisavam de heróis patrióticos para venerar e preservar um senso de identidade nacional. Eles estavam particularmente inclinados a admirar Vasco da Gama, e, em homenagem a ele, uma nova ponte de 8 quilômetros sobre o poderoso Tejo recebeu seu nome, cinco séculos depois de sua pequena frota ter des- cido o rio para a primeira viagem europeia por mar até a Índia. O *status* histórico do almirante era tão grande que os estadistas portugueses ficaram inicialmente desconfortáveis quando um historiador de economia indiano, Sanjay Subrahmanyam, perguntou-se em voz alta se os marinheiros de um reino tão remoto e minúsculo como Portugal poderiam realmente ter criado tais ondas econômicas entre 300 milhões de asiáticos, ou se Vasco da Gama e seus sucessores eram pouco mais do que gotas em um oceano.

O debate aberto, no entanto, havia se tornado algo respeitável no país democrático que agora ressurgia das cinzas do fascismo europeu tardio. Os novos historiadores que revisitaram a Idade Média, que trouxeram a arte e a música de Portugal à luz, que analisaram as raízes de sua própria revolução recente, foram, portanto, suficientemente corajosos para enfrentar os grandes temas do Império com pinceladas vigorosas. Em Portugal, a academia estava em alta.